



'Países ricos devem pagar pelo esforço de preservação da floresta'

Governador Eduardo Braga, do Amazonas, vai defender a proposta na Conferência do Clima em Copenhague

Marco Damiani
ESPECIAL PARA O ESTADO

A Amazônia tem uma conta bilionária a acertar com os países mais industrializados. A fatura será apresentada em Copenhague, durante a Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, pelo governador do Amazonas, Eduardo Braga.

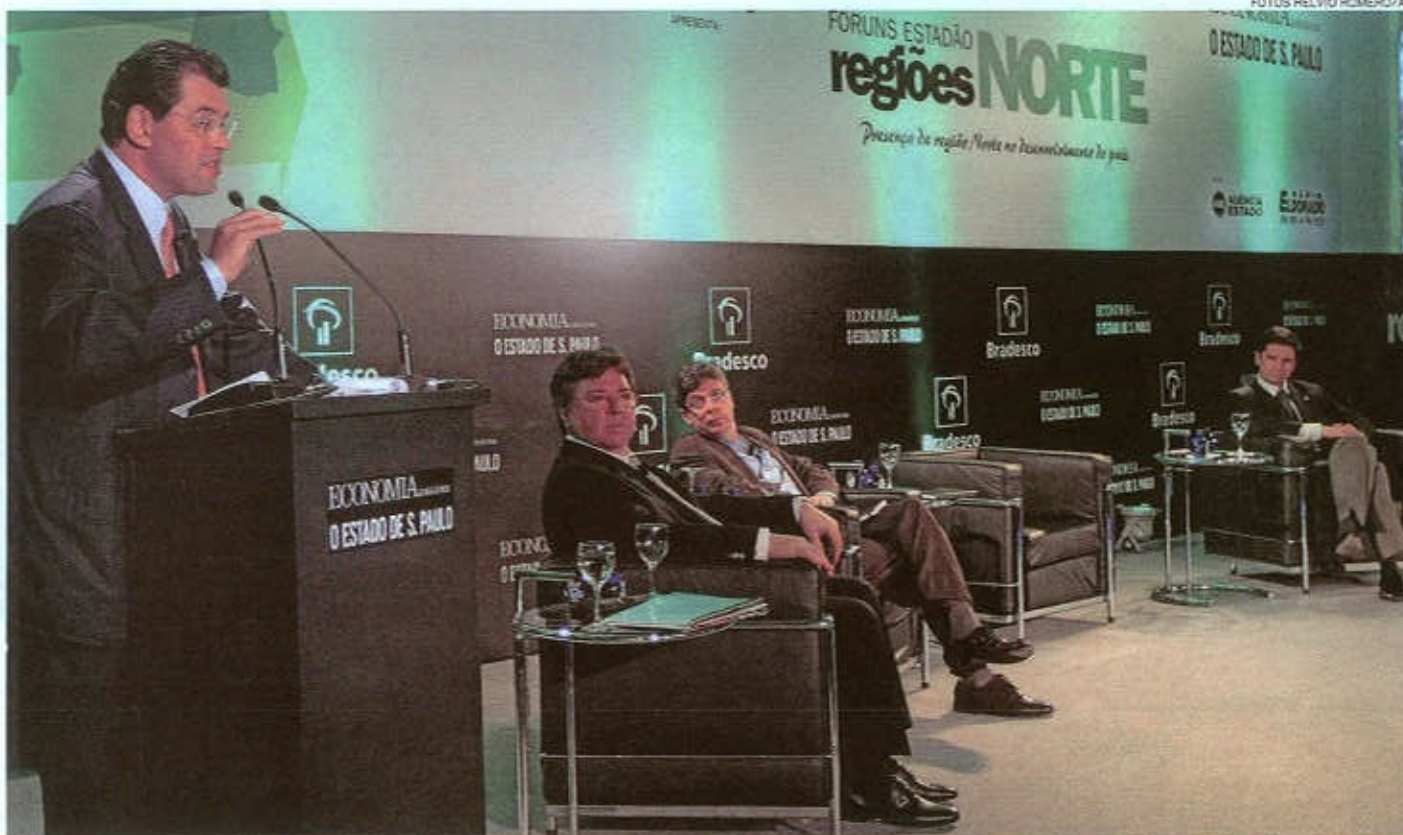
"Nossa região é uma vítima do aquecimento global, não a vilã", disse ele, durante o fórum sobre a Região Norte promovido pelo Estado, com apoio da Agência Estado e da Rádio Eldorado. O evento foi o primeiro da série Fóruns Estadão Regiões, que abordará todas as regiões brasileiras.

"Os que precisam mitigar emissões têm de nos pagar pelo trabalho de preservação da floresta", afirmou o governador. Braga reivindica para o Amazonas a condição de prestador de serviços ambientais dedicados ao planeta. Ele lembrou que, de acordo com medições internacionais por satélite, 98% da cobertura florestal do Estado permanece intacta.

O governador cita como exemplo a Reserva do Juma, com 400 mil hectares, a 400 quilômetros de Manaus, como exemplo de área em plena condição de comercializar o sequestro de carbono que realiza no dia a dia. "Ali, a mata promove o sequestro de 3 bilhões de toneladas de carbono, segundo entidades certificadas pela ONU, e sua preservação já pode ser monetizada", salienta. "Hoje, a compensação de uma tonelada de carbono tem o valor estimado pelo mercado em 10 reais, o que nos dá uma conta de R\$ 30 bilhões para cobrar dos ricos em Copenhague".

O governador será protagonista de três eventos na Conferência do Clima, nos dias 13 e 14 de dezembro, um deles montado exclusivamente para a apresentação do projeto de preservação da reserva do Juma.

Acompanhado diretamente



FÓRUM - Braga, governador do Amazonas, faz sua palestra, assistido por Luis Val, do Inpa, Ferreira Castro, da Vale, e Costa Ferreira, o Ministério da Integração Regional

por uma plateia de cem pessoas e transmitido ao vivo pela TV Estadão, na internet, o Fórum Estadão Regiões/Norte foi aberto com uma palestra do secretário de Políticas Regionais do Ministério da Integração Regional, Henrique Villas da Costa Ferreira. Ele sustentou que o atual modelo de integração regional do governo federal tem como referência o trabalho realizado pela União Europeia com seus integrantes economicamente menos desenvolvidos.

"Nossa intenção é alargar as fronteiras do Estado para criar as condições de combate à desigualdade", afirmou. O secretário lembrou que este ano o Fundo Constitucional do Norte, gerenciado pelo governo federal, repassou mais de R\$ 2 bilhões para obras e ativação de programas sociais nos sete Estados da região.

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luis Val, chama a atenção para as dimensões da Região Norte. "Precisamos ter a noção, muitas vezes difusa, de que a Amazônia representa nada menos que 60% do território brasileiro", frisou. "Só por isso ela já ocupa um papel central no desenvolvimento do Brasil e de toda a América

Latina, cujos países ao norte também têm parte na região."

Luis Val defendeu o sistema de parcerias entre governos e empresas privadas para dinamizar organismos como o Fundo de Amparo à Pesquisa e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. "A Amazônia contribui com cerca de 10% do PIB nacional, mas, do que é investido pelo governo federal em ciência e tecnologia, apenas 3% são destinados à região"

FRASES

Eduardo Braga
Governador do Amazonas
"Os que precisam mitigar emissões têm de nos pagar pelo trabalho de preservação da floresta"

Adalberto Luis Val
Diretor do Inpa
"A Amazônia contribui com cerca de 10% do PIB nacional, mas, do que é investido pelo governo federal em ciência e tecnologia, apenas 3% são destinados à região"

Latina, cujos países ao norte também têm parte na região."

O diretor de Desenvolvimento de Projetos de Capital, Sus-

tentabilidade e Relações Institucionais da Vale, **Luiz Cláudio Ferreira Castro**, admite que a mineração é frequentemente associada, de maneira negativa, aos problemas ambientais na região. "Somos chamados de cavadores de buracos", afirmou. Ele destaca, no entanto, os esforços da mineradora em fazer o que classifica de mineração sustentável.

"Em Carajás, a maior jazida mineral do planeta, procuramos reinventar a mineração por meio de redução no consumo de energia e práticas mais adequadas de atenção ao meio ambiente."

Para especialista, Amazônia pode conviver com o lucro

Existem alternativas sustentáveis para a região, defende pesquisador

Ana Conceição
AGÊNCIA ESTADO

A ideia romântica de que a exploração da Amazônia não combina com iniciativas empresariais de grande escala tem de ser superada e o governo deveria unir seus esforços de integração da região em uma só agência ou ministério. São iniciativas cruciais para destravar o desenvolvimento econômico de uma área que abrange

a maior parte do território brasileiro, alerta José Alberto Machado, doutor em Desenvolvimento Sustentável e professor adjunto do Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas.

Para ele, a oposição entre meio ambiente e lucro tem que acabar. "Existem diferentes Amazonas; uma da mídia, outra internacional e a real. Essa

confusão impede análises importantes. Existe uma ideia equivocada de que Amazônia não combina com negócio", afirmou, durante o Fórum Estadão Regiões/Norte.

Esse engano a respeito da vocação econômica da região não abrangeria apenas o governo, mas também a iniciativa privada e organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, Machado critica os modelos importados de gestão dos re-

curso da floresta, que vêm dos pequenos experimentos realizados por ONGs à exploração biotecnológica desordenada, passando por ideias como o desmatamento zero. Para ter sucesso e promover desenvolvimento, a atividade econômica local tem que ter foco no mercado e escala. "É preciso produto, gente para vender e para comprar."

O professor alerta, contudo, que isso não deve ocorrer sem

mudanças na forma de planejar a economia da Amazônia, hoje desarticulada e dispersa entre projetos espalhados por vários ministérios. Para ele, faz falta uma gestão com planejamento estratégico. Sem isso, projetos continuarão a sair de cena sem sequer serem colocados em prática. "Não há uma visão estratégica organizada e as dinâmicas econômicas e sociais já presentes na região não são levadas em conta", alerta.

Ele cita como exemplo de desarticulação o fato de a Zona Franca de Manaus ser tratada pelas agências oficiais como algo separado da Amazônia, em vez de ser integrada à lógica da economia local. "Não é mais possível que a região seja tratada por cada ministério e cada agência de forma diferente. Isso gera mais problemas que soluções."

Paulo Barreto, diretor do Instituto Imazon, diz que o planeja-

mento econômico é crucial em um momento em que o desmatamento e as atividades associadas a ele diminuem na região. "É possível ter outra matriz econômica que não esteja relacionada ao desmatamento", afirma. O manejo da floresta, que emprega 300 mil pessoas na região, é uma das fontes possíveis de renda, além do aumento da produtividade das áreas já desmatadas, onde predomina a pecuária extensiva.

A lógica da atividade econômica desordenada praticada na região não apresenta grandes dividendos. Em 2007, o PIB per capita das áreas desmatadas cresceu 2,3%, o mesmo percentual das áreas com floresta em pé. Nas áreas com a floresta em processo de desmatamento, esse percentual era de 6,3%, por causa da renda gerada pela retirada das árvores. A tendência é que esse nível caia quando não há mais o que desmatar. •

DEBATEDORES

Adalberto Luis Val
Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

• A Amazônia representa 60% do território brasileiro. As ações para a região, muitas vezes, são concebidas sem levar em consideração a sua real dimensão. Destaca que a Amazônia se estende ainda por outros países do Continente. São 25 milhões de brasileiros e mais 15 milhões de vizinhos. Lamentou que a Amazônia ocupa um papel importante mais pela preservação da floresta do que pelas pessoas. Para ele, a região envolve questões ainda pouco conhecidas.



Henrique Villas da Costa Ferreira
Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional

• Defende a busca de soluções diferenciadas para cada região. Acha fundamental o tripé organização social, infraestrutura e geração de emprego e renda. Defende o entrosamento de todos os atores envolvidos na questão do desenvolvimento regional: governos locais, iniciativa privada e terceiro setor. Todos precisam agir com políticas sólidas de ação para ajudar a combater as desigualdades regionais.



Guilherme Leal
Copresidente do Conselho de Administração da Natura

• O sucesso da experiência da indústria de cosméticos Natura, que neste ano cresceu dez vezes o valor inicial da empresa em 1998, é para o empresário o maior indicador de que a Amazônia oferece muitas oportunidades de negócios sustentáveis. Segundo ele, as empresas, porém, ainda sofrem com problemas de segurança institucional. Ele defende soluções diferenciadas e investimentos, especialmente na área educacional e de ciência e tecnologia.



Luiz Cláudio Ferreira Castro
Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale

• A mineração está em praticamente todos os produtos presentes na vida das pessoas. A atividade é importante, mas as jazidas se esgotam e têm impacto no meio ambiente. A Vale tem essa preocupação e trabalha para saber o que fazer quando as jazidas que explora se esgotarem. Desenvolve projetos para o encaminhamento da população próxima e busca novas vocações econômicas regionais.

